

A ACTIVIDADE TURÍSTICA EM TORNO DE LAMEGO: DA VOCAÇÃO HISTÓRICA ÀS NOVAS OPORTUNIDADES

João Pedro Almeida Mendonça
Universidade de Santiago de Compostela

1. INTRODUÇÃO.

A classificação do “Douro Vinhateiro” como património mundial da UNESCO no dia 14 de Dezembro de 2001, constituiu um marco, em que se conjugaram “novas oportunidades mas também acrescidas responsabilidades”, segundo as palavras do coordenador da equipa técnica da candidatura (AGUIAR, 2002). Já anteriormente o mesmo autor havia considerado necessária a constituição de «*um activo instrumento de intervenção orientado de forma expressiva para a protecção e valorização da paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro.*» (AGUIAR, 2000, 82). Na nossa opinião é inegável que o instrumento de planeamento proposto (Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território) constituirá uma base indispensável para a efectiva preservação e desenvolvimento da área especificamente classificada, ainda mais quando, por razões técnicas e também políticas, não havia na área (assim como em Portugal de uma maneira geral) a tradição de se efectuar uma actuação concertada entre municípios, na vertente do ordenamento territorial. Uma vez que passa a existir este novo documento normativo, achamos pertinente:

Avaliar o grau de desenvolvimento da região como destino turístico, assente num modelo em que se promovem os valores paisagísticos naturais e culturais, recorrendo a uma das tipologias de aproveitamento turístico na qual a evolução dos últimos anos tem sido mais marcante: os cruzeiros fluviais;

Exemplificar por intermédio de um estudo de caso em 7 municípios da proximidade da cidade de Lamego, as potencialidades e os desafios que este modelo de aproveitamento turístico coloca.

Decorrente deste segundo vector de análise, sugere-se também a articulação entre o principal canal de acesso à região, que é sem dúvida a via fluvial a partir da cidade do Porto, com a área que se encontra fora da região que foi classificada, mas que está na sua estreita dependência em termos territoriais. Essa articulação pode desenvolver-se por intermédio de diversos tipos de serviços e produtos turísticos temáticos (ver quadro 1).

Quadro 1- A exploração turística no Douro

Tema	Formas de aproveitamento turístico
Natureza	“Turismo activo” (percursos em BTT, montanhismo; passeios pedestres...); Percursos de observação no Parque Natural do Douro Internacional
Viticultura	Rota do vinho do Porto (enoturismo); Agroturismo (Turismo espaço rural)

Tema	Formas de aproveitamento turístico
Cultura popular	Festas e romarias; Feiras e mostras de artesanato; Associativismo cultural
Cultura erudita	Encontros “Casa de Mateus”; Bienal da Prata; Rotas culturais (Medieval...)
Museologia	Museu de Lamego; Museu do Vinho do Porto- Régua; Museu de Foz-Côa
Outros	Congressos, Convenções; Encontros temáticos (Automóveis antigos...) “Amendoeiras em flor”; Estágios desportivos (actividades fluviais)
A explorar	Gastronomia; Rotas de arquitectura popular e etnografia
A desenvolver	Centros de interpretação: locais, nacionais e transfronteiriços

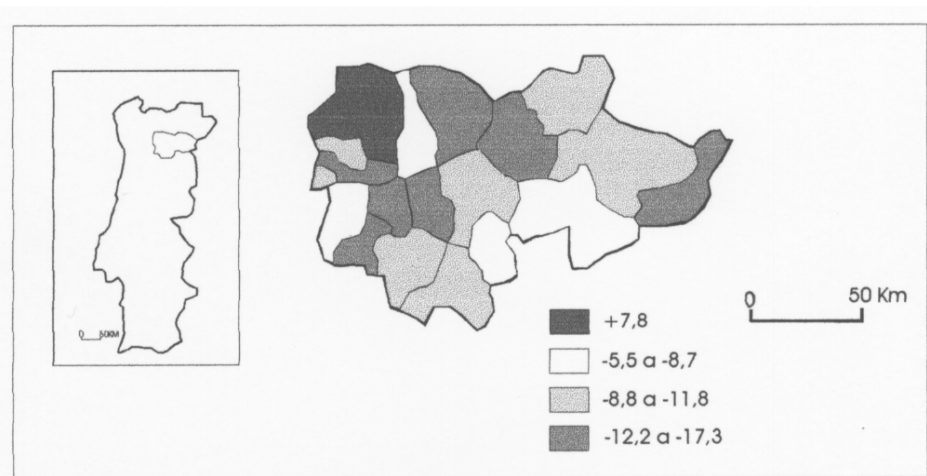
Elaboração própria

2. A CLASSIFICAÇÃO DA UNESCO E A DISCUSSÃO EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO DO DOURO.

A Região Demarcada do Douro corresponde a uma área de aproximadamente 240 mil hectares, 1/6 da qual ocupada pelos vinhedos. Para efeitos da classificação foram considerados apenas cerca de 25 mil hectares do território total, correspondentes a seis sub-zonas dos vales do Corgo, Chancelheiros, Pinhão, Tua, Torto e Vale da Figueira, áreas das mais representativas da Região Demarcada, quer pela presença do património vernacular que resultou na actual rede de povoados e quintas que servem de suporte à produção vitícola duriense, quer pela identificação das mais características formas de disposição das vinhas, em socalcos. Para além desta área (incluída em 13 municípios) onde os normativos da edificação e do alinhamento das vinhas terão de ser necessariamente mais restritivos, a restante área da Região Demarcada estará sujeita a especial monitorização, tendo sido designada relativamente à primeira por “zona tampão”.

É perfeitamente compreensível que tenha sido considerada como primordial a área de maior valorização cénica, constituindo este atributo o principal traço de especificidade que permitiu à região demarcada do Douro aceder à classificação de património mundial e em particular à definição desta área como um dos raros exemplos dentro das classificações da UNESCO, de uma paisagem cultural evolutiva viva. Segundo os princípios do Ponto 39ii das Orientações da Aplicação da Convenção do Património Mundial introduzida em 1992, de forma inquestionável o Douro correspondia a um exemplo em que a paisagem era sinónimo de uma perfeita combinação entre a intervenção humana e as condições naturais da região, sendo relevante *«a própria paisagem continuar a ser condição de sustentabilidade de um território e de uma comunidade(...)»* (SPIDOURO, QUATERNAIRE PORTUGAL e OFICINA DE PLANEAMIENTO, 1999, 14). Neste aspecto reside possivelmente o maior dilema com que se depara a região: o problema da progressiva perda populacional poder debilitar a sua principal base produtiva e económica (ver fig. 1).

Fig. 1- Evolução da população residente (%), nos municípios da NUT III Douro, 1991-2001.



Elaboração própria e I.N.E., Portugal. Censos de 1991 e 2001 (dados provisórios de 2001).

As condições naturais determinam a implantação da vinha numa área de vertentes declivosas, que exigiram o esforço por vezes sobre-humano de realização de surribas, construção de aterros e edificação de muros de suporte. Se foi esta adaptação entre a acção humana e a natureza que resultou no principal factor de embelezamento da paisagem, é também verdade que a rudeza das condições de trabalho que estes socalcos originam, tem levado a que muitos durienses, em especial os mais jovens, optem por outras actividades que não as agrícolas. Nem sempre se sentem justamente remunerados pelo árduo trabalho que este território de solos agrestes e clima de temperaturas extremas, acarreta para quem trabalha nas vinhas (PORTELA, REBELO e VASQUES, 2001). Como o Douro faz parte de um nicho restrito e competitivo da viticultura de qualidade e dos vinhos generosos, essa escassez de mão-de-obra tem exigido aos produtores enveredar por novas formas de organização da produção, que passam por uma maior mecanização das explorações, assumindo a disposição das vinhas formas de implantação diferentes das tradicionais. A este aspecto foi dado especial realce no processo de candidatura, pois a preservação de parte dos tradicionais socalcos (ver figuras 2 e 3) constitui um elemento basilar na atribuição da classificação, e é obviamente um dos factores mais determinantes para a manutenção do êxito da exploração turística (SPIDOURO, QUATERNAIRE PORTUGAL e OFICINAS DE PLANEAMIENTO, 1999, 67).

Fig. 2 e 3- Vinhas em socalco- o difícil processo de preparação do terreno e edificação dos muros de suporte. Fonte: Alvão, in BARRETO, 1984, p. 60.



As quintas que se preocupam mais com a preservação dos socalcos e que por isso sofrem um impacto negativo em termos de custos de produção, podem ver-se em parte ressarcidas desse prejuízo, ou pelo aproveitamento directo das explorações, vocacionando-as para o enoturismo, ou por via indirecta, por exemplo por intermédio da divulgação nos rótulos das suas garrafas, de imagens ou textos alusivos ao cuidado que depositam na preservação do seu património.

Em síntese, o próprio documento de candidatura da região a património mundial aponta para a tipificação das paisagens vitícolas, como podendo integrar essa interactividade entre o Homem e a natureza, havendo ainda que acrescentar o relevante contributo que a classificação poderá desempenhar na manutenção e valorização económica e social da região. Tratando-se de uma área tipificada como deprimida em

termos económicos e sociais, o turismo deve fazer parte integrante do processo de diversificação da base económica e estar intimamente ligado à própria viabilização da viticultura.

Apesar de até ao momento termos destacado quase exclusivamente o contexto de formulação e justificação teórica do processo de candidatura da Região Demarcada do Douro a património mundial da UNESCO, o mesmo decorreu paralelamente ou na sequência de uma série de outras iniciativas de enorme relevância. Destacaria o projecto de navegabilidade do rio Douro e toda a actividade desenvolvida por agentes privados que directa ou indirectamente dela dependem (empresas de navegação turística fluvial, hotelaria e casas de turismo rural). Iremos deter-nos seguidamente na análise do que mais importante ocorreu, centrando-nos no primeiro destes elementos do aproveitamento turístico local.

3. O DOURO COMO DESTINO TURÍSTICO: UMA DINÂMICA EM FRANCA EXPANSÃO.

O aproveitamento da região duriense para fins turísticos e de lazer não é um facto novo. Basta lembrar as tradicionais deslocações estivais, e principalmente por altura das vindimas, dos proprietários não residentes, em direcção às quintas, algo que ainda se mantém na actualidade. A literatura romântica do século XIX atesta essa tradição, sendo numerosos aqueles que, essencialmente por via ferroviária, se deslocavam para estadias mais ou menos demoradas na região, uns obedecendo a prescrições médicas, outros para acompanhar os labores vitícolas da fase da colheita.

Tratava-se no entanto de um quantitativo que não estava totalmente relacionado com o fenómeno turístico, pois alguns dos indivíduos viriam desempenhar uma actividade da qual recolheriam proveitos monetários, como os proprietários das quintas. O número daqueles que podiam usufruir das formas clássicas de alojamento em hotéis, pensões e similares, seria possivelmente reduzido, devido ao fraco desenvolvimento da actividade turística nesta região do país, assim como na generalidade do interior de Portugal.

As difíceis deslocações por estrada contribuíram para a manutenção dessa situação durante várias décadas, não constituindo o Douro um destino preferencial no quadro das regiões turísticas do país. O grande incremento do fluxo turístico dos anos 60 do século XX beneficiou quase exclusivamente as áreas balneares do Algarve, a Região de Lisboa-Sintra e a ilha da Madeira.

Retomando a análise do que ocorria no Douro, e se nos reportarmos a alguns dos estudos que se debruçaram sobre as potencialidades turísticas desta região, assim como da generalidade das áreas rurais do interior no período cronológico compreendido entre meados da década de 80 e meados da década de 90 do século XX (ROFE, KENNARD & LAPWORTH; COOPERS & LYBRAND ASSOC., 1984; CRAVIDÃO, e CUNHA, 1993; DIAS, 1995) deduz-se que as ofertas de alojamento eram reduzidas e pouco diversificadas. Compreende-se portanto que a terminologia usada nessas avaliações fossem reveladoras de uma débil capacidade de acolhimento turístico. Os autores ou instituições utilizavam expressões como “deficiente capacidade hoteleira”, “reduzida expressividade em termos de número de camas” e chamavam a atenção para o pequeno número de unidades com classificação igual ou superior a quatro estrelas.

Nos últimos anos, a situação pouco se tem alterado, pois apesar da crescente procura por parte daqueles indivíduos que começam a manifestar um certo cansaço relativamente às formas de turismo de massas do modelo “sol e praia”, e da melhoria das condições de acesso à região do Douro, a capacidade de alojamento ainda é deficitária, quer em termos quantitativos, quer qualitativos (FONTES; 2000).

3.1- O Turismo fluvial.

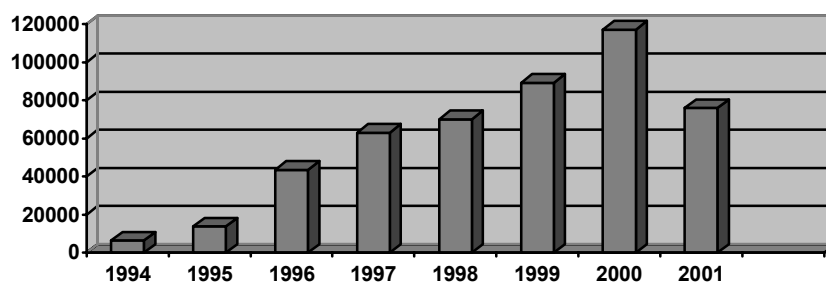
Constitui um dos meios de transporte mais apazíveis para quem se desloca a esta área do interior norte do país, pois sem dúvida que o canal fluvial é o meio por excelência para se poder contemplar as imponentes fragas e deslumbrantes vertentes agricultadas. Trata-se de uma actividade ainda relativamente recente, uma vez que o primeiro cruzeiro entre o Porto e Peso da Régua ocorreu em 19 de Outubro de 1986 e a primeira viagem até Barca de Alva, apenas no ano de 1990, sendo o Douro o único rio português que oferece esta possibilidade, na totalidade do seu percurso em território nacional.

As obras que permitiram a navegabilidade do rio processaram-se em duas fases: A primeira, ainda durante a década de 80 do século XX, constituiu na abertura do canal fluvial e intitulou-se “Projecto de Navegabilidade do Douro”. No final permitiu o tráfego de barcos de passageiros e carga, de médio calado (até 86 metros de comprimento, 12,1 de largura e 4,3 metros de profundidade abaixo do nível de água). A segunda fase, correspondeu à edificação de vários cais de passageiros e carga, à sinalização do canal de navegação e instalação de sistemas de rádio em todo o percurso.

Para além da intervenção do Estado Português, como entidade responsável pela edificação das estruturas relacionadas com a navegação, tem vindo a crescer os investimentos privados relativos às empresas de navegação turística fluvial e a dimensão das respectivas frotas. Basta citar que actualmente a capacidade de transporte nos barcos de cruzeiro turístico no Douro é de 2476 passageiros, em 27 embarcações. A variação do número de passageiros transportados por ano ilustra bem o forte crescimento do sector (à excepção do ano de 2001, onde se verificou um momentâneo decréscimo em resultado da queda da ponte de Entre-os- -Rios). (ver fig. 4)

Um pequeno trabalho de campo permitiu depreender que, regra geral, a sua actividade teve início com a exploração de pequenas embarcações de passeio. Tratava-se normalmente de empresas do ramo da restauração, sediadas junto ao rio Douro, que proporcionavam passeios de barco aos seus clientes. Progressivamente foram ampliando e diversificando a sua organização interna. Actualmente, a quase totalidade estabelece ligação com outras empresas, para a prestação dos serviços contidos nos “pacotes” das viagens. Para o alojamento recorrem a hotéis e casas de turismo rural; para as provas de vinhos, a cooperativas e quintas (ver quadro 2). Recentemente, uma das empresas de cruzeiros fluviais passou também a explorar unidades hoteleiras sediadas na região demarcada, e inclusivamente diversificou a sua actividade, promovendo viagens de helicóptero.

Fig. 4- Passageiros transportados anualmente nos cruzeiros fluviais do Douro (realizaram pelo menos uma eclusagem). Fonte: Instituto de Navegabilidade do Douro, 2001.



Quadro 2- Serviços oferecidos pelas várias empresas de navegação fluvial do Douro em 2001.

Empresas	Barcos	Capacidade	Serviços disponibilizados	Actividades complementares à navegação
Barcadouro	3	470	Passeios com restauração	Deslocações a cidades e pontos turísticos diversos, inclusivamente até Espanha.
Borda d'Água	1	75	Passeios com restauração	
Comp. ^a Turística do Douro	1	12	Passeios sem restauração a bordo	
Douro Acima	3	250	Passeios com restauração	Provas de vinhos e mostra de produtos do artesanato local.
Douro Azul	6	929	Passeios com restauração e "barcos -hotel"	
Endouro	2	260	Passeios com restauração	Viagens em "comboio histórico".
Quinta do Agros	3	80	Passeios sem restauração a bordo	
Rota do Douro	1	75	Passeios com restauração	
Tomaz Douro	4	325	Passeios com restauração	

Fonte: Elaboração própria e Instituto de navegabilidade do Douro, 2001.

Em 1997 o número de empresas a operar era de apenas 5 e o número de embarcações era menos de metade do que existe actualmente (RIBEIRO, 1998, p 29). A explicação para este facto não se resume apenas às iniciativas levadas a cabo pelas empresas de turismo fluvial. Se a evolução foi inegavelmente fruto do sucesso empreendedor dos operadores dos cruzeiros, não deixou de ser concomitante com a evolução processada nas condições de acolhimento. Para o demonstrar iremos recorrer a um estudo de caso em 7 municípios da margem sul do Douro, que integram um dos principais percursos turísticos em que podem participar os turistas que se deslocam nos cruzeiros de duração superior a um dia: as “Rotas Medievais do Douro”.

3.2- A cidade de Lamego e o aproveitamento turístico regional.

O valor cénico do canal fluvial e o interesse por conhecer os pormenores ligados à viticultura do afamado vinho do Porto, são motivos mais do que suficientes para atrair os turistas à região duriense. No entanto, se seguirmos um percurso em direcção às áreas planálticas do interior beirão, abandonando os terrenos xistosos, ainda que se dilua a presença da vinha, diversificam-se os motivos de interesse para o viajante. Este pode observar extensos pomares de maçãs, pêras ou cerejas, ou ainda frondosos soutos de castanheiros. Aqui e ali, o turista depara com miradouros e locais privilegiados para ter outra perspectiva do vale vinhateiro, a partir de pontos altos, sobranceiros ao rio.

É neste quadro geográfico de transição que se localizam , entre outros, os municípios de Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca (ver fig. 5). Este conjunto de concelhos, todos eles marcados por uma forte presença da economia agrícola, desde há séculos que se aglutinam em torno da cidade de Lamego, cuja importância lhe advém do facto de ser sede do Bispado. Para além de ser conhecida por esse seu legado histórico, relacionado com a função eclesiástica, constitui o testemunho de várias épocas de evolução da região vinhateira. No século XVI os vinhos do Douro ainda eram conhecidos pela designação de “vinhos de Lamego”.

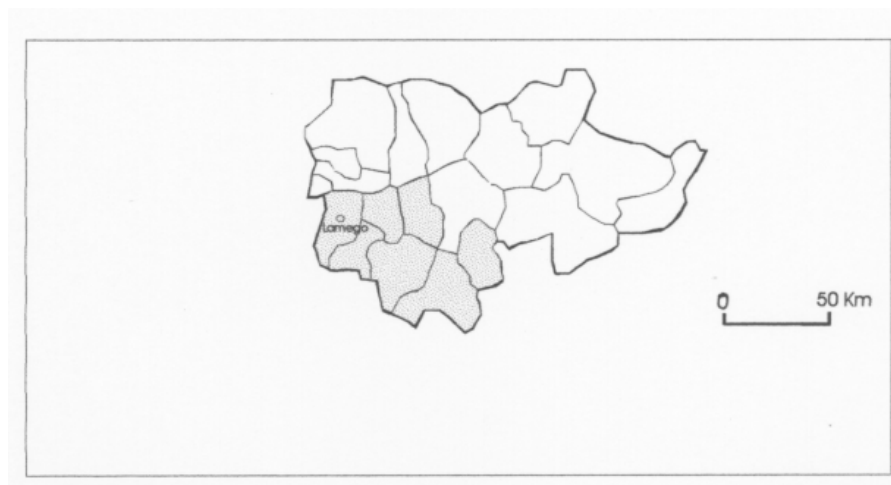
A cidade também se destaca pela sua componente monumental, em particular da época medievo (Castelo, Sé), e pelas casas brasonadas do século XVIII. No entorno da cidade, nos vários municípios já referidos, também são significativos os testemunhos do passado histórico, com especial destaque para os conventos cistercienses de S. João de Tarouca e de Salzedas, a Ponte de Ucanha, em Tarouca e S. Pedro das Águias, em Tabuaço. Também há numerosos vestígios da romanização e inclusivamente de épocas mais recuadas. Com o intuito de dinamizar o aproveitamento turístico deste património, foram estabelecidas quatro rotas medievais por iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Lamego e do Vale do Douro Sul, estando estes municípios incluídos em três delas.

Autoras como Carminda Cavaco empregam a expressão “turismo leve” para designar a actividade turística assente na qualidade e especificidade, designadamente no tipo de alojamento e alimentação, nas relações humanas e no tratamento personalizado, aspectos que o Douro, em geral, e esta área em particular, podem oferecer, em oposição às formas de acolhimento típicas das áreas de maior afluência (cit. em MARTINS, 1993, p. 196).

Lamego, sendo um dos centros urbanos de maior projecção nos campos cultural e do património, daqueles que estão incluídos na Região Demarcada do Douro, deverá

assumir também um papel de destaque na componente da oferta do alojamento (ver quadro 3), ampliando uma dotação que ainda é deficiente.

Fig. 5- Localização da cidade de Lamego e dos 7 municípios na NUT III Douro



(Elaboração própria)

Quadro 3- Número de hotéis, pensões, total de estabelecimentos da hotelaria tradicional e sua capacidade de alojamento: Região Norte, NUT III Douro e Lamego, 1991, 1993, 1995 e 1999.

	1991			1993			1995			1999		
	R.N.	Dou.	Lam.	RN	Dou.	Lam	RN	Dou.	Lam	RN	Dou.	Lam
Hotéis	85	5	1	88	5	1	85	4	1	95	7	2
Pensões	303	28	6	296	29	6	263	27	6	256	20	6
Hotelaria tradicion.	422	35	7	417	36	7	379	31	7	395	32	9
Cap. Aloj.	26916	1559	383	27294	1754	383	25762	1571	357	28485	2157	620
Hotel. Tra.												

Fonte: Direcção Geral do Turismo; INE, Portugal, 2001 e (FONTES, 2000 e 2001)

Destacaria também como entraves ao desenvolvimento turístico local, a existência de um reduzido número de quadros técnicos qualificados, a dispersão institucional e por último, a excessiva dependência face ao poder central, por parte de várias dessas instituições.

4- CONCLUSÕES.

Avaliar o que tem vindo a ocorrer em termos de aproveitamento turístico no Douro, coloca-nos perante vários dilemas e interrogações. A componente empírica

ainda não pôde ser suficientemente explorada, pois a dinâmica é ainda muito recente, lida-se mais com incertezas do que com certezas.

Se nos reportarmos aos cruzeiros fluviais a tendência é marcadamente de crescimento. A esse facto não se pode alhear a classificação da cidade do Porto como Património Mundial e as várias campanhas institucionais, levadas a cabo por exemplo pela Fundação D. Afonso Henriques, Instituto de Comércio Externo Português, Delegações de Turismo, etc. Perspectiva diferente deverá ser tida em conta se pretendermos associar o crescimento turístico à recuperação demográfica dos espaços mais deprimidos do Douro, algo que efectivamente não está a ocorrer. Por outro lado, e tal como referem Cravidão e Cunha, haverá que evitar transpor os limiares de tolerância das condições físico-naturais que ponham em causa a própria sobrevivência do turismo (CRAVIDÃO e CUNHA, 1993, p. 90). Nesse sentido, iniciativas como a classificação do Douro a património mundial revelam-se primordiais.

Outro aspecto que procuramos destacar prende-se com as práticas culturais. Pode referir-se duas formas de materializar essa feliz união entre o turismo e a manutenção de saberes tradicionais locais: a constituição de percursos temáticos em torno do património monumental e etnográfico, ou no caso da Região Demarcada, o relativo à divulgação das lides vitícolas, em especial as que dizem respeito a práticas ancestrais, mas também, por meio de processos demonstrativos das práticas mais modernas.

De tudo o que foi dito, ressalta o contributo da actividade turística para a fixação de uma população que de outra forma poderia ter tendência a sair do Douro.

BIBLIOGRAFÍA

AGUIAR, F “Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial” in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu– Actas do VIII Encontro Nacional da APDR*, Vol. I, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 83-90.

Idem, (2002): “O Alto Douro vinhateiro é património mundial da UNESCO: Novas oportunidades e acrescidas responsabilidades” in *O Tripeiro*, n.º 3, Março de 2002, Porto, pp. 68-69.

BARRETO, António (1984): *Um retrato do Douro*, Edição Vista Alegre.

CRAVIDÃO, Fernanda e CUNHA, João (1993): “Ambiente e práticas turísticas em Portugal” in *Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*, nº 6, Dez. 93, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos e Edições Colibri, pp. 85-91.

DIAS, António (1995): *Turismo no espaço rural. Um estudo sobre o sector de alojamento em espaço rural na região do Douro*, Vila Real, UTAD (relatório final de estágio).

FERNANDES, Paula; FIGUEIRA, Jorge e PRIETO, Luís (2000): “Análise do turismo cultural de museus no corredor do Douro” in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu– Actas do VIII Encontro Nacional da APDR*, Vol. I, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 163-183.

FONTES, António (2000): “O desenvolvimento turístico no vale do Douro: um destino em fase de afirmação, uma rede institucional em discussão” in *Desenvolvimento e*

- Ruralidades no Espaço Europeu– Actas do VIII Encontro Nacional da APDR*, Vol. I, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 109-124.
- Idem, (2001): “O sector do turismo em Alto Trás-os-Montes e Douro: Diagnóstico prospectivo” in *Estatísticas e Estudos Regionais* n.º 22, Jan.-Abr. 93, Porto, INE-Direcção Regional do Norte, pp. 43-55.
- JACINTO, Paulo e RIBEIRO, Manuela (2001): “O turismo activo como oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas empresariais em zonas rurais: uma análise exploratória a partir da região do Douro”- Comunicação apresentada ao I Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, UTAD, 16 a 18 de Setembro de 2001.
- MARTINS, Luís (1993): *Lazer, férias e turismo na organização do espaço no noroeste de Portugal*, Porto, FLUP (tese de doutoramento).
- PORTELA, José; REBELO, Vasco; VASQUES, Carlos (2001): “A omnipresença da vinha e a rejeição generalizada do trabalho vitícola pelos jovens; o caso de Santa Marta de Penaguião”- Comunicação apresentada ao I Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, UTAD, 16 a 18 de Setembro de 2001.
- RIBEIRO, Manuela (1998): “Turismo rural e desenvolvimento na região do Douro: Processos e alguns resultados da evolução recente do sector” in *Douro: Estudos e Documentos*, nº 6, pp. 25-49.
- ROFE, KENNARD & LAPWORTH; COOPERS & LYBRAND ASSOCIATES LTD (1984): *Estudo de desenvolvimento da Região Douro: Relatório final*, Vol. 3.
- SILVA, João (2002): “Desenvolvimento turístico e qualidade” in *Informar Portugal-Revista do ICEP*, Ano II, nº 5, Julho, pp. 39-41.
- SPIDOURO; QUATERNAIRE PORTUGAL e OFICINAS DE PLANEAMIENTO (1999): *Viabilidade da candidatura do vale do Douro a património mundial: Relatório final*, Spidouro, Quaternaire Portugal e Oficinas de Planeamiento Ed..

Este trabalho contou com o apoio financeiro da
Fundação para a Ciência e Tecnologia e do Fundo Social Europeu (III Q.C.A.).